

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA  
DOS AÇORES



COMISSÃO ESPECIALIZADA PERMANENTE DE  
ASSUNTOS SOCIAIS

---

# RELATÓRIO

**DA AUDIÇÃO DO GESTOR PÚBLICO INDIGITADO PARA A PRESIDÊNCIA DO CONSELHO  
DE ADMINISTRAÇÃO DO HOSPITAL DE SANTO ESPÍRITO DA ILHA TERCEIRA – E.P.E.R.**

HORTA  
SETEMBRO DE 2022



---

**TRABALHOS DA COMISSÃO**

---

A Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais reuniu no dia 2 de setembro de 2022, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade da Horta, ilha do Faial, a fim de proceder à audição do Dr. Pedro Manuel Dias de Figueiredo Pereira Marques, indigitado pelo Governo Regional dos Açores para o cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira – E.P.E.R.

O *Curriculum Vitae* do Dr. Pedro Manuel Dias de Figueiredo Pereira Marques fica anexo ao presente relatório, do qual faz parte integrante.

---

**1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO**

---

A presente audição é efetuada nos termos e para os efeitos previstos nos números 2 e 4 do artigo 12.º e artigo 12.º-A do Estatuto do Gestor Público Regional, o qual foi republicado em Anexo ao Decreto Legislativo Regional n.º 19/2014/A, de 30 de outubro.

“A comissão especializada permanente respetiva deve proceder à audição no prazo de vinte dias, a contar da data do despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores” (cf. previsto no n.º 3 do artigo 12.º-A).

“A comissão referida no número anterior, ao abrigo das correspondentes normas regimentais, elabora um relatório, do qual deve constar a audição do gestor público indigitado, bem como a posição dos partidos que integrem a comissão sobre a referida audição.” (cf. n.º 4 do artigo 12.º-A).

Por fim, refira-se que “O relatório é obrigatoriamente enviado, no prazo de cinco dias, pelo Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores ao Presidente do Governo Regional dos Açores, para os devidos efeitos” (cf. n.º 5 do artigo 12.º-A).



---

## 2.º. CAPÍTULO – AUDIÇÃO DO GESTOR INDIGITADO

---

O Dr. Pedro Manuel Dias de Figueiredo Pereira Marques, na qualidade de gestor indigitado para a Presidência do Conselho de Administração do Hospital de Santo Espírito da Ilha Terceira – E.P.E.R., iniciou a sua intervenção com destaque para a sua formação académica. Neste seguimento deu nota que é licenciado em Gestão e tem duas pós-graduações, em Gestão de Unidades de Saúde e em *Executive Marketing*. Para além do referido, tem uma Especialização em *Business Economic and Management*, pela Católica *Business School* de Lisboa.

Fez, igualmente, uma breve referência à sua experiência profissional. Iniciou a sua carreira como jornalista estagiário na área económico-financeira e depois enveredou pela iniciativa privada, como diretor financeiro na área da construção e de serviços de apoio a empresas. Mais tarde, trabalhou como diretor executivo de Centros de Saúde. Nos últimos anos tem desenvolvido trabalho na área farmacêutica, como diretor e gerente, em Portugal e, mais recentemente, em Bruxelas.

Seguidamente, o gestor indigitado sublinhou que encara este desafio como uma oportunidade e um compromisso e apresentou a visão, missão e os objetivos para o Hospital do Santo Espírito, ainda que com contornos gerais, tendo por base a informação que possui acerca da realidade do Hospital e a da ação que a norteia e com a qual genericamente concorda, não colocando de parte a possibilidade de apuramento de alguns aspetos.

No seu entender, devem ser tidos em conta três pilares como prioridades de atuação – o sistema e a organização interna do Hospital, bem como as suas ligações externas, a sustentabilidade e o capital humano.

Em relação ao primeiro, é necessário olhar-se para a capacidade instalada e aquela que se desejaria para o futuro, em termos de edifício, de apetrechamento de equipamentos tecnologicamente eficientes e modernos e de equipas competentes e motivadas. Dentro da questão da organização do sistema, pretende-se reduzir os tempos de espera e melhorar a capacidade de resposta própria dos meios complementares de diagnóstico e terapêutica. Saliou, ainda, como fundamental a complementaridade de serviços, podendo vir a celebrar parcerias, para além das já existentes, com centros de excelência noutros pontos geográficos – como hospitais, academias e centros de investigação. A articulação com os cuidados de saúde primários é, igualmente, de capital importância, para um trabalho de prevenção de doenças e promoção da saúde, com vista a resultados de sucesso.



Para o Dr. Pedro Marques, a saúde digital é também uma nova forma de atuação que deve ser valorizada e que se evidenciou mais com a pandemia. Este conceito é muito mais do que o simples uso de tecnologias, pois permite a saúde em mobilidade, a telemedicina, a terapêutica digital, o cruzamento de dados, ou seja, aumenta a capacidade de resposta em algumas situações, recorrendo à monitorização remota. Desta forma, torna-se mais fácil medir resultados, bem como dispor de dados fiáveis, comparáveis e intercomunicáveis entre diferentes sistemas, contribuindo para uma maior eficiência. Para o efeito, são necessários sistemas de gestão da qualidade, para além da certificação e acreditação, uma adesão às normas processuais, mas também melhorar formas de negociação e eliminação do desperdício, de duplicações de processos e do consumo desnecessário de recursos, assim como apostar no reforço do papel dos cuidadores informais ou formais e em conceitos ainda pouco explorados, como a hospitalização domiciliária.

No que toca ao segundo pilar, a sustentabilidade, o Dr. Pedro Marques elencou vários aspetos a considerar, como a sustentabilidade ambiental, a boa gestão das contas, o bom planeamento estratégico, a boa organização, a excelência na execução e a importância do conselho consultivo, bem como dos órgãos de apoio técnico.

Por último, no que toca ao terceiro pilar - capital humano -, falou da importância de se atrair, fixar e desenvolver continuamente os profissionais e, ainda, recuperar a idoneidade formativa. Na sua ótica, tal implica desenhar um pacote de recursos humanos com planos de carreira claros e previsíveis, criar sistemas de incentivos e saber gerir as expectativas dos profissionais no ambiente de previsibilidade de progressão com base no mérito e competências demonstradas. O gestor indigitado terminou a sua intervenção inicial referindo que a evolução da sociedade permite uma mudança de mentalidade e a aposta em novas formas de trabalhar, bem como novas formas de aprender e de consciencializar a população, o que contribui para a literacia em saúde.

Aberta a primeira ronda de questões, o deputado Tiago Lopes (PS) pediu a palavra e começou por felicitar a indigitação do Dr. Pedro Marques para presidente do Conselho de Administração do HSEIT, desejando-lhe as maiores felicidades no desempenho das suas funções. Colocou, de seguida, algumas questões:

“- De acordo com a realidade que conhece do HSEIT, que problemas antevê de resolução mais urgente na instituição?



- Qual a razão de se considerar apto para desempenhar as funções para as quais foi indigitado?
- Qual o perfil adequado para os restantes membros do Conselho de Administração?
- Tem conhecimento do atual montante em dívida a fornecedores?
- No combate à pandemia, foram contratados vários profissionais de saúde, mas tardam em vincular os mesmos à Instituição. O que fará em relação a esta situação? ”

Em resposta às perguntas que lhe foram endereçadas, o gestor indigitado elencou a redução das listas de espera como uma das suas prioridades e a capacidade de atrair e fixar profissionais.

Já no que toca à sua autoavaliação, e não se alongando muito por considerar que não é de bom tom falar em causa própria, disse apenas que já fez muito trabalho público com bons resultados e tem competências pessoais, sociais e profissionais que o ajudarão na concretização dos seus objetivos. Para a sua equipa, pretende que haja um trabalho de cooperação e esta é também uma mensagem a passar aos restantes profissionais. Deste modo, exige-se que quem lidera seja um exemplo a seguir por parte dos outros e em quem os restantes se revejam.

Sobre a dívida dos fornecedores, o Dr. Pedro Marques fez referência aos dados constantes no Relatório de Gestão de 2021 e verificou que face a 2020 houve uma redução superior a 6,2 milhões de euros.

A terminar, referiu que a previsibilidade das carreiras é importante e por isso irá negociar com a tutela, sempre que necessário, com vista a constituir equipas estáveis, em que haja lugar progressão profissional e realização pessoal.

Em réplica, o deputado Tiago Lopes (PS) retomou a questão da dívida a fornecedores, contra-argumentando que não houve redução, uma vez que o ano de 2021 fechou com o mesmo valor em dívida que 2020. Neste seguimento, perguntou qual seria a estratégia do novo gestor indigitado para cumprir com o desiderato de melhorar os valores.

Ainda no uso da palavra, o deputado recordou que, na altura em que o Partido Socialista governava, o Partido Social-Democrata deu parecer desfavorável à indigitação da Presidente do Conselho de Administração do HSEIT, visto que a mesma não era médica com formação em gestão. Nesta sequência, perguntou se o facto de o gestor indigitado não ser médico poderá constituir algum tipo de constrangimento para o desempenho das suas funções.



Por último, questionou o gestor sobre a forma como cumpriria os critérios de confiança e lealdade no exercício do seu cargo.

Face ao exposto no início da intervenção do deputado, o Dr. Pedro Marques referiu que os dados acerca da dívida são públicos, pelo que recorreu aos mesmos. Irá, no entanto, inteirar-se dos detalhes para depois definir o plano de ação.

Em relação a comentários dos vários partidos em sessões em que não esteve presente, escusa-se a comentar, mas dá resposta à última questão explicando que a confiança é algo que se conquista e deve estar assente em princípios de lealdade.

Seguidamente, interveio a deputada Nídia Inácio (PSD) que, após congratular o novo gestor indigitado e reconhecer a excelência do seu currículo, perguntou o que poderá a sua experiência oferecer de inovador ao HSEIT.

Perguntou, ainda, se o novo Conselho de Administração tenciona manter a estratégia seguida atualmente no combate às listas de espera, uma vez que os números apontam para bons resultados nesta matéria.

A deputada social-democrata foi esclarecida que o importante é sempre estabelecer um diálogo profícuo com os profissionais, de modo que possa haver partilha de conhecimentos, ter equipas multidisciplinares a pensar o coletivo, aligeirar a burocracia e apostar no desenvolvimento dos profissionais, numa relação de lealdade. Liderar equipas implica, também, saber ouvir e estabelecer uma relação de confiança com os profissionais para assim se conseguir atingir melhores resultados.

Respondendo à segunda questão, o gestor indigitado frisou que se deve manter o que está bem e melhorar o que for necessário.

Aberta a segunda ronda, interveio, novamente, o deputado Tiago Lopes (PS) que, salientando o foco que o Dr. Pedro Marques dá ao capital humano, perguntou o que será alterado na relação com os recursos humanos da instituição, uma vez que, de momento, há muita contestação da equipa de profissionais em relação ao Conselho de Administração.



O deputado socialista deixou, ainda, outras duas questões:

“- Considera correto uma Direção Clínica se disponibilizar para tratar de assuntos da sua competência apenas no período laboral?

- O plano operatório para o dia deve ser estanque ou flexível, no sentido de acolher situações pontuais que possam surgir em termos de cirurgias, quando reunidas as condições para que as mesmas se façam?”

Sem querer ser redundante, o gestor indigitado fez referência, uma vez mais, aos princípios que devem nortear as relações laborais numa instituição com vista a estabelecer a paz social.

Em relação à governação clínica, procurará, após a auscultação de vários intervenientes, ajustar a melhor capacidade de resposta para as necessidades que existem.

Por último, disse compreender a preocupação no que toca às listas de espera, mas explica a necessidade de previsibilidade dos atos. Ainda assim, referiu não estar, no momento, apto a responder com assertividade à questão.

Em réplica, o deputado Tiago Lopes (PS) lembrou a resposta dada às questões colocadas na primeira ronda e considerou que para o perfil dos restantes elementos para o Conselho de Administração, os aspetos referidos pelo gestor indigitado de exemplo, exigência e excelência, confrontam com o “modus operandi” da atual Direção Clínica e, nesse sentido, questionou se a atual Direção Clínica possui condições para continuar na Administração da Unidade de Saúde.

No seguimento da questão colocada, o gestor indigitado disse não concordar com a ilação que o deputado do Partido Socialista tirou, isto é, que a Direção Clínica não tem condições para continuar. Explicou, ainda, que não analisou os factos, pelo que, numa apreciação genérica, referiu ser importante olhar para os perfis, ver o que é necessário e depois verificar, no conjunto dos profissionais, quem se adequa. Após este procedimento, haverá lugar à confirmação ou alteração dos profissionais que ocupam as pastas naquele órgão de gestão.

De seguida, a deputada Ana Quental (PSD) quis compreender de que forma pretende o novo gestor indigitado agir para captar e reter profissionais de saúde na instituição, ao que foi informada que se pretende constituir um pacote atrativo para seduzir estes profissionais para as ilhas. Para o Dr. Pedro Marques, há que pensar numa resposta para além da hospitalar, que também contribua para a realização pessoal e profissional dos trabalhadores. Neste



seguimento, as questões do internato, de investigação, de parcerias com instituições do exterior são muito importantes, para que possamos estar na vanguarda do conhecimento e da ação.

A deputada perguntou, igualmente, como será garantida a articulação entre os cuidados de saúde primários e os hospitais, bem como a cooperação entre os três hospitais da Região.

Em resposta, o gestor indigitado sublinhou que a articulação com os cuidados de saúde primários é fundamental, pois alivia a pressão nos hospitais. Uma das formas de se atingir este objetivo é, também, trabalhar a literacia em saúde. Para cumprir cabalmente a sua missão, o HSEIT precisa, obrigatoriamente, de trazer os cuidados de saúde primários para a cogestão do doente e não da doença.

Na terceira e última ronda de questões, pediu a palavra o deputado Tiago Lopes (PS) que deixou uma crítica ao Secretário Regional de Saúde, por este ter reunido com o Conselho de Administração do HSEIT no sentido de mostrar a sua solidariedade, mas não o ter feito com os profissionais de saúde que trabalham arduamente todos os dias, referindo que estes se sentem desvalorizados pela falta de reconhecimento de quem os tutela. Relembrando as situações ocorridas com o ex-diretor do departamento de informática do HDES e a nomeação de familiares para cargos de gestão como aconteceu com o presidente cessante do HSEIT, perguntou ao gestor indigitado como o mesmo encara estas situações e o que fará para que as mesmas não voltem a acontecer.

Para o Dr. Pedro Marques, seria uma deselegância tremenda falar sobre situações em que não esteve presente, pelo que se absteve de qualquer comentário.

A finalizar, a deputada Salomé Matos (PSD) perguntou que estratégias podem ser postas em prática no sentido de reduzir a iliteracia em saúde e otimizar os cuidados prestados. Sobre esta questão, o gestor indigitado referiu que os cuidados de saúde primários têm equipas de saúde pública que preparam campanhas de sensibilização e informação. É preciso que haja comunicação interna e externa para que as mensagens importantes cheguem ao maior número de pessoas, integrando também os órgãos de comunicação social. Também deve haver um





trabalho colaborativo a ser feito com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e com as associações de doentes.

---

### 3º. CAPÍTULO – POSIÇÃO DOS PARTIDOS POLÍTICOS

---

**PS:** A presente audição é regulada pelo Estatuto do Gestor Público Regional que, a partir de 2014, prevê, e bem, a emissão de parecer, pela Comissão Permanente especializada em razão da matéria, em relação ao indigitado ou proposto pelo Governo Regional sem, no entanto, que esse parecer seja vinculativo. Neste sentido, esta nomeação é da exclusiva responsabilidade do Governo Regional, sendo, desta forma, uma nomeação política. Não obstante, o Partido Socialista valoriza o percurso académico e profissional do Dr. Pedro Marques e **emite parecer favorável** à sua nomeação para o desempenho do cargo de Presidente do Conselho de Administração do Hospital do de Santo Espírito da Terceira.

**PSD:** O Dr. Pedro Marques possui um vasto, rico e diversificado currículo formativo bem como uma enorme experiência profissional acumulada, na qual se evidencia o facto de ter sido Diretor Executivo de um Agrupamento de Centros de Saúde. Em consequência, reúne todas as condições para o exercício de funções como Presidente do Conselho de Administração, pelo que o GPPSD emite um **parecer favorável**.

**CDS-PP:** O Grupo Parlamentar do CDS-PP manifesta **parecer favorável** à indicação do Dr. Pedro Marques para a condução no cargo de Presidente do Conselho de Administração do HSEIT.

**CH:** A representação parlamentar do Chega **emite parecer de abstenção** quanto à nomeação do Dr. Pedro Marques para Presidente do Conselho de Administração do HSEIT.

**BE:** Embora não tenha direito a voto nesta Comissão, o Bloco de Esquerda **abstém-se** de emitir parecer à nomeação do Presidente do Conselho de Administração do HSEIT, uma vez que essa é da exclusiva responsabilidade do Governo Regional e que o parecer da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores não tem carácter vinculativo.

**IL:** A representação parlamentar da Iniciativa Liberal faltou justificadamente à reunião.



Horta, 2 de setembro de 2022.

A Relatora

(Délia Melo)

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Ao presente relatório é anexo o *Curriculum Vitae*.

O Presidente

(J. Joaquim F. Machado)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES  
O Presidente do Governo

## Síntese Curricular

### 1. Dados Pessoais

- Nome: Pedro Manuel Dias de Figueiredo Pereira Marques
- Data de Nascimento: 01 de novembro de 1968
- Nacionalidade: Portuguesa

### 2. Habilitações

- Especialização em Business Economic and Management 92020/2021) – Católica Business School, Lisboa
- MBA em Executive Marketing (2016/2017) – ISCTE, Lisboa
- MBA/Mestrado em Gestão de Unidades de Saúde (2004/2005) – Universidade da Beira Interior, Covilhã
- Licenciatura em Gestão (1986/1991) – Instituto Superior de Gestão, Lisboa

### 3. Experiência Profissional (últimos 20 anos)

3.1 *EFPIA (European Federation of the Pharmaceutical Industries and Associations) – Bruxelas*

**Director Public Affairs**, Director Public Affairs, Country Liaison

3.2 *MSD (Merck, Sharp & Dohme) – Lisboa*

**Director**, Public Affairs, Policy, Market Access and Communications Director (2016/2021)

**Associated Director**, Strategic Key Account Manager, Primary Care Business Unit (2014/2016)

**Manager**, Key Account Manager, Primary Care Business Unit (2011/2014)



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**O Presidente do Governo**

*3.3 ARSLVT, IP (Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo), Ministério da Saúde*

**Diretor Executivo** de ACES (Agrupamento de Centros de Saúde) –  
ACES Serra d’Aire – Torres Novas (2009/2011)

**Diretor** de Centros de Saúde – Abrantes, Constância, Sardoal e  
Mação (2004/2007)

*3.4 Transfor, SA - Ourém (2006/2008)*

**Adjunto da Administração**

*3.5 IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) – Tomar*

**Diretor**